

**REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DO MARANHÃO**

ISSN impresso 1809-7375
ISSN eletrônico 2526-0812
São Luís, v. 11, n. 11, jan./jun. 2017

**REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DO MARANHÃO**

Organizadores

Hervandy Costa Garcez
Manoelle Moraes dos Santos
Joseane Cantanhede dos Santos

Revisão Gramatical

Adeilson de Abreu Marques

Diagramação

Tiago Erre

Capa

“Cacuriá” (2008), do artista plástico maranhense Fransoufer. Participou da 9 Edição do Projeto Esmam Cultural - Espaço de cultura e arte no Judiciário - com a exposição individual “Primeiras impressões”. Técnica: Acrílico sobre tela. Dimensões: 50X70cm. Acervo Artístico Esmam.

Correspondências para:

Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão
Rua Búzios, s/n Calhau / São Luís -MA Cep: 65071-700
E-mail: bibliotecaesmam@tjma.jus.br

Endereço eletrônico:

<https://revistaesmam.tjma.jus.br/index.php/esmam>

A Revista da ESMAM divulga assuntos de interesse jurídico e acadêmico. Todos os artigos são de responsabilidade dos respectivos autores, sendo resguardados os direitos autorais e a liberdade de pensamento.

Revista da ESMAM / Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão. - v. 11, n. 11. (jan./jun. 2017) - São Luís: ESMAM, 2017.

Publicada semestralmente a partir de 2017. Disponível no formato eletrônico a partir do v. 10, n. 10, 2016.

ISSN impresso 1809-7375

ISSN eletrônico 12526-0812

1. Direito - Periódico 2. Jurisprudência - Periódico I. Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão.

CDDir 340

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Cleones Carvalho Cunha
Presidente

Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Vice-Presidente

Anildes de Jesus B. Chaves Cruz
Corregedoria-Geral da Justiça

**ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DO MARANHÃO**

Paulo Sérgio Velten Pereira
Diretor

José Ribamar Castro
Vice-Diretor

Marilse Medeiros
Secretária-geral

EDITORIAL

A Revista da Esmam vem se consolidando como instrumento cultural, acadêmico e de produção intelectual. Pesquisadores do Direito e áreas afins, no sentido de formar e informar o profissional na busca de conhecimento, aprofundam seus estudos sobre a essencialidade da vida humana, através da historiografia do saber, dos seus avanços e reflexões no tempo e no espaço.

O presente número contempla artigos e precedentes de nossas Cortes de Justiça numa análise doutrinária sobre variadas questões, que envolvem desde a garantia e efetividade dos direitos fundamentais até a principio-logia presente no contexto atual da Justiça.

E qual a razão dos temas objeto do presente exemplar? A resposta, sem dúvida, não pode se furtar à inquietude da sociedade, cada vez mais marcada pela cultura da conflituosidade que permeia as mentes dos juristas a partir dos bancos acadêmicos. Uma mudança de mentalidade e comportamental, nesse sentido, se faz com muito tempo e nova visão de mundo.

As matérias publicadas envolvem: ação popular, tão latente nos dias vividos, ante o abalo das condutas humanas, ferindo de morte os princípios básicos da razoabilidade moral; as licitações públicas, questionadas com recorrente frequência; os avanços da informação, em que a privacidade se torna uma visível violação dos direitos e em que a força por esse recurso vem sendo substituída pela técnica e avanço da inteligência.

Não resta dúvida, a dinamicidade do Direito o atualiza em velocidade impressionante com a admissão, a todo instante, de novos institutos jurídicos objetivando proporcionar uma melhor prestação da Justiça, não só do ponto de vista do judiciário, mas, sobretudo no contexto social, exigência da pósmodernidade pela quebra de paradigma “consolidado” ao longo dos tempos.

Finalmente, esperamos que a publicação de mais um trabalho acadêmico capitaneado pela Esmam possa potencializar profunda reflexão dos temas aqui enfrentados e oferecer um legado intelectual jurídico no cumprimento, como escola judicial, de agente motivador e transformador de práticas e conhecimentos.

Conselho Editorial

SUMÁRIO

AÇÃO POPULAR E O POSTULADO DO NE PAS DE NULLITE SANS GRIEF: PRECINDIBILIDADE DE DANO MATERIAL AO PATRIMÔNIO PÚBLICO EM FACE DA LESIVIDADE IN RE IPSA – UMA ANÁLISE DIRIGENTE DA APLICAÇÃO DO BINÔMIO LESIVIDADE/ILEGALIDADE NAS CÂMARAS CÍVEIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO _____ 11

Lucylea Gonçalves França

Pedro Nilson Moreira Viana

DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO PESSOAL NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO GARANTIA FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO _____ 32

Michelle Amorim Sancho Souza

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS NA VISÃO DE JONH RAWLS _____ 46

Cristiano Ribeiro Soares

OS IMPACTOS DO NOVO CPC NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NA REALIDADE DE SÃO LUÍS – MA _____ 59

Heleno Oliveira Moraes

A IMPLANTAÇÃO DO PJE E A PERSPECTIVA DE DINAMIZAR A ROTINA DOS SERVIDORES DA COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS __ 75

Adriovanderson Martins Santos

Ana Neres dos Santos Cantanhede

Mayckerson Alexandre Franco Santos

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO PODER JUDICIÁRIO FRENTE ÀS AÇÕES DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL: PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 239/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ _____ 98

Alexandre Magno de Souza Nunes

A LEI BRASILEIRA Nº 12.694/12, A PROTEÇÃO AOS JUÍZES E AS AMEAÇAS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS PARA A “DEFESA” DA TERRA EM FACE DO DEVIDO PROCESSO PENAL _____ 118

Tamara Luíza Dall Agnol Pinto

NATUREZA JURÍDICA DO ATO QUE EXTINGUE O PROCESSO COM TUTELA ESTABILIZADA _____ 131

Haniel Sóstenis Rodrigues da Silva

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE SÃO LUÍS: DA POSSE ILEGAL À PROPRIEDADE SOCIAL _____ 149

Lourival da Silva Ramos Júnior

Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza

